Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Opinião SOCIALISTA

Ano II nº 32
24/4/97 a 6/5/1997
Contribuição R$ 1,00

Wladimir Souza

Brasília mostrou o caminho

Vamos construir a Greve Geral

A grande manifestação em Brasília no dia 17 mostrou que é possível construir uma enorme resistência unificada ao governo FHC que culmine num dia de greve geral. Os próximos passos nessa direção serão os atos contra a privatização da Vale, o 1º de maio e a luta para barrar as reformas Administrativa e da Previdência.

páginas 2, 3, 6 e 7

C U R T A S

A semana. Não foi nada boa para FHC, a semana em que foi realizada a manifestação em Brasília. Primeiro ele teve que bater em retirada com seu vergonhoso acordo do super-teto salarial para parlamentares. Com isso, o governo não conseguiu fazer votar a Reforma Administrativa, em 2º turno, na Câmara dos Deputados naquela semana. Depois, foi o dia 17 que obrigou o governo a outro recuo: recebeu os sem-terra que pretendia criminalizar um mês antes. Mas o déspota não perde a cara-de-pau: disse que não tinha nada a ver com o super-teto e que o seu governo é quem conduz a reforma agrária no país. Ele deve levar mesmo a sério a história de que todo mundo é "neobobo"...

◆

Números. O governo bombardeou os sem-terra e o país com uma montanha de números sobre as suas realizações em dois anos de governo. Entre outras, insiste que seu governo já assentou mais de 100 mil famílias (nem mesmo a grande mídia anda levando esse número a sério). Disse também que vai liberar R$ 400 milhões para Reforma Agrária (um verdadeiro trocado para quem injetou R$ 6 bilhões na operação Bamerindus). Pois é, em relação à questão agrária, os números de verdade, em pouco mais de dois anos de governo (segundo levantamento do jornalista Jânio de Freitas) são os seguintes: 440 conflitos em 1995 e 520 em 1996; 57 assassinatos em 1996. Ninguém punido.

◆

Manifestações. Além de Brasília, em diversas capitais e cidades do país, os sem-terra e várias categorias de trabalhadores da cidade protestaram contra o governo e lembraram o aniversário de um ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Uma das mais expressivas, sem contar Brasília, claro, ocorreu em Belém do Pará, onde 1.500 pessoas realizaram uma passeata que terminou em ato público diante do Tribunal de Justiça, com um enterro simbólico de FHC e do governador tucano Almir Gabriel. Foi realizada também uma manifestação na estrada PA-150, no sul do Estado, no mesmo local onde os 19 sem-terra foram executados há um ano atrás.

◆

Pelo mundo. O dia 17 também teve repercussão e manifestações em importantes capitais do mundo. Em Lisboa, 1.200 pessoas compareceram ao lançamento do livro *Terra*, do fotógrafo Sebastião Salgado. Estavam presentes o próprio fotógrafo, o escritor português José Saramago e o compositor Chico Buarque. Na Inglaterra, um grupo conhecido como "Amigos dos Sem Terra" organizou um protesto diante da embaixada brasileira em Londres. Na ocasião, um abaixo-assinado foi entregue ao embaixador brasileiro exigindo punição dos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás e Reforma Agrária. Também foi realizado em Paris, na embaixada brasileira, um protesto organizado por 20 Organizações Não Governamentais.

◆

Atordoado. É assim que muitos jornalistas descreveram o estado em que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, saiu do debate realizado ao vivo no programa *Bom dia Brasil*, na Rede Globo, com o dirigente sem-terra Gilmar Mauro, na manhã do dia 17. O problema é que o ministro não conseguiu defender a política agrária do governo e de quebra acabou concordando que o governo anda meio devagar na Reforma Agrária. Nem o surrado pedido de trégua nas ocupações colou: o dirigente do MST perguntou porque o governo não pede paciência ao FMI ao invés de pedir aos sem-terra.

O QUE SE VIU

Wladimir Souza

Mais de 60 mil pessoas — sem-terra, servidores públicos, professores, metalúrgicos, estudantes, entre outros — participaram em Brasília, no último dia 17 de abril, da maior manifestação de protesto contra o governo FHC, desde a sua posse.

O QUE SE DISSE

"É um milagre a gente ter escapado. Eles (PMs) não olhavam cara, atiravam direto. Eu tenho ódio do governo e da polícia. São os responsáveis por tudo e ainda não puniram ninguém."

Antonio Alves Oliveira, sem-terra sobrevivente do massacre de Eldorado dos Carajás, que estava presente na manifestação em Brasília.

"Não dá para pedir paciência aos sem-terra. São problemas históricos de quem sofreu, não tem trabalho, não tem comida, não tem onde morar. Por que não pedir um tempo ao FMI, ao setor financeiro? Aí teremos dinheiro e condições para resolver esse problema histórico."

Gilmar Mauro, membro da Coordenação Nacional do MST responde ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, durante debate no programa *Bom dia Brasil*, da rede Globo, no último dia 17 de abril.

"Só sai, só sai, só sai reforma agrária com aliança camponesa e operária."

Uma das palavras de ordem principais da manifestação do dia 17.

"Deviam ter esperado eles com carros de jatos d'água e cachorros. Falta segurança. Isto aqui devia estar cheio de cachorro, só para amedrontar. E deveria ter policiais infiltrados no meio deles."

Nelson Marquezzelli, deputado federal (PTB-SP), um dos líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional. Com a palavra, o latifúndio. Bota uma coleira nele. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 18/4/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

Rumo à greve geral

Wladimir Souza

Marcha em Brasília no dia 17

O 17 de abril mostrou o caminho. Mais de 60 mil trabalhadores da cidade e do campo tomaram Brasília, numa manifestação multitudinária contra FHC e suas Reformas, por terra, emprego e salário.

Por seu tamanho e pela capacidade de aglutinação popular, a manifestação do dia 17 lembrava o Fora Collor e a campanha das Diretas-Já!, mas sua composição social, suas palavras de ordem, suas bandeiras vermelhas, seu entusiamo, lembravam as enormes manifestações classistas de 1979.

Muitas lições precisam ser retiradas da manifestação do dia 17. Nesse *Editorial* nos dedicaremos a falar sobre as conclusões mais imediatas.

Primeiro é preciso compreender que com o dia 17 abriu-se uma nova conjuntura no país. A manifestação de Brasília foi a maior mobilização de massas contra esse governo e contou com o apoio da imensa maioria da população. O presidente se torrou também com a proposta indecente de aumentar o salário dos verdadeiros marajás do setor público (deputados, senadores etc), incluindo o seu próprio.

O governo atravessa hoje um momento parecido com o que viveu em junho do ano passado, depois do Proer e do massacre de Eldorado de Carajás. Naquele momento abriu-se uma conjuntura em que se colocou e foi possível a greve geral, embora a mesma tenha sido mal preparada. Hoje, abre-se uma conjuntura parecida, com a vantagem que o pontapé desse novo momento foi dado pela ação do movimento dos trabalhadores.

O primeiro grande desafio, portanto, é dar continuidade à enorme mobilização que significou o dia 17. Antes de mais nada, reveste-se de grande importância o ato do próximo dia 29 de abril, no Rio de Janeiro, contra a privatização da Vale do Rio Doce e os atos de 1º de maio em todo o país.

Isso pressupõe que a CUT realmente se empenhe na sua convocação e preparação. Desde já, a esquerda da CUT deve tomar a iniciativa de colocar-se na vanguarda da preparação destes atos. Também o MST tem um papel fundamental para convocá-los. O prestígio que ganhou o MST, por seguir levando a luta pela terra, pela Marcha vitoriosa, por não aceitar dar trégua ao governo, lhe dá também maiores responsabilidades. Por isso, chamamos o MST a buscar a unidade com a CUT e a colocar-se na vanguarda da mobilização unificada.

Mas além do 1º de maio, é preciso construir um calendário de lutas, rumo à construção de um dia de greve geral. Para tanto, será fundamental continuar apoiando as ocupações no campo e a luta pela Reforma Agrária, como também construir a mobilização do funcionalismo contra a Reforma Administrativa e ainda mobilizar o conjunto dos trabalhadores contra a Reforma da Previdência, que começa a tramitar no Senado.

Por terra, emprego, salário e contra as Reformas de FHC é possível construir a luta unificada. A ela deve-se somar ainda os estudantes em luta contra a Reforma Educacional.

OPINIÃO

Fujimori 14 vezes assassino!

Estela Maris,
membro da Secretaria Internacional do PSTU

A operação militar do governo de Fujimori para encerrar a crise dos reféns na residência do embaixador do Japão, em Lima, terminou com o desaparecimento dos 14 guerrilheiros do MRTA. Um dos reféns, Carlos Giusti Acuña, juiz da Suprema Corte peruana, também morreu.

Analistas políticos sobre América Latina da rede de televisão norte-americana CNN afirmavam na noite do dia 22 que esta operação não foi mais do que uma resposta desesperada do governo no momento de menor popularidade de Fujimori, acuado pela crise social, econômica e política que atinge até funcionários do governo em escândalos de corrupção.

A grande interrogação é o que acontecerá agora no Peru, depois desta operação sangrenta. Há quem acredite que a figura do presidente peruano sai fortalecida perante a opinião pública mundial. Porém, o mais importante é como ficam as coisas no Peru. Os peruanos não eram favoráveis a uma saída sangrenta para a crise. Há poucos dias, os guerrilheiros rebaixaram a reivindicação de libertação de todos os presos do MRTA para só pedir a libertação de 20. É indiscutível que as condições para uma negociação eram melhores. Mas o governo preferiu a saída militar.

As imagens que o mundo todo viu mostravam a grande vitória das forças armadas peruanas: soldados acompanhando a saída dos reféns, um oficial rasgando a bandeira do MRTA, as ovações a Fujimori na porta da residência... mas não viu nem sequer um guerrilheiro. Os corpos dos emerretistas não seriam uma boa imagem para o que estava sendo feito...

O **PSTU** repudia a operação do governo Fujimori. Ainda que não concordemos de forma alguma com os métodos dos guerrilheiros, que substituem (e desprezam) a necessária ação do movimento de massas pelas ações individuais e exemplares, chamamos todos os trabalhadores a repudiar de forma categórica o selvagem assassinato dos 14 guerrilheiros do Tupac Amaru pela ditadura sanguinária de Fujimori.

Abaixo a ditadura de Fujimori! Reivindicamos a libertação de todos os presos políticos dos desumanos cárceres do Peru e exigimos a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com o governo peruano.

NÚMEROS *As reservas da Vale do Rio Doce*

	Reservas*	Produção/Ano*	Duração
Cobre	1,2 bilhão	220 mil	24 anos
Caulim	65 milhões	1 milhão	66 anos
Manganês	129 milhões	1,5	86 anos
Ouro	300	16	51 anos
Potássio	14,5 milhões	660 mil	22 anos
Ferro	41,2 bilhões	100 milhões	400 anos
Bauxita	1,1 bilhão	8 milhões	130 anos

* em toneladas - Fonte: Vale do Rio Doce

CARTAS

Metroviários rechaçam sindicato orgânico

Entre os dias 3 e 6 de abril foi realizado o V Congresso dos Metroviários de São Paulo, com cerca de 200 delegados. A abertura contou com vários sindicatos e partidos de esquerda (PT, PSTU e PCdoB). No segundo dia, a mesa da plenária foi dirigida por quatro companheiros da Executiva Nacional da CUT. Todos os representantes das correntes de esquerda cutistas fizeram duras criticas à direção majoritária da CUT. Mas, estranhamente, os companheiros da Corrente Sindical Classista uniram-se à Articulação Sindical ao rechaçarem a proposta apresentada pelo MTS de unificação de toda a esquerda cutista por uma nova direção na Central.

Nas discussões sobre nosso sindicato, houve grandes avanços em relação à democracia e na luta contra o machismo. As companheiras asseguraram como mínimo 20% de participação não só na diretoria mas também na Executiva e no Conselho Fiscal. No plano de lutas, votamos a unificação da campanha salarial com ferroviários e condutores.

A maior polêmica do Congresso foi sobre o sindicato orgânico. A Articulação Sindical teve como proposta não votar nada e remeter a discussão para a base da categoria. MTS e CSC defenderam contra o sindicato orgânico e que se enviasse a discussão para a base, posição que foi vitoriosa com cerca de 90% dos votos da plenária.

Celso Borba,
de São Paulo (SP)

Ensino superior gratuito é um dos alvos da LDB e da PEC 370

Reforma do governo quer liquidar ensino público

Euclides Agrela,
membro da executiva nacional da UNE

Arquivo

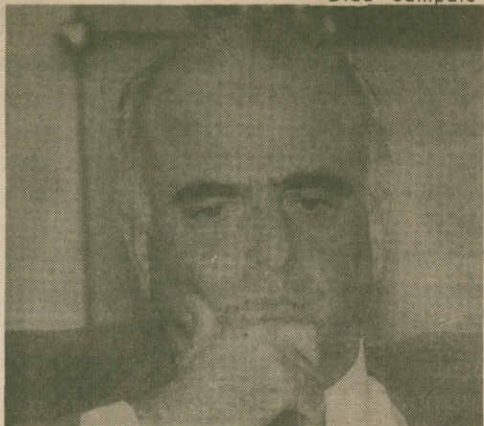
Universidades públicas estão na mira do governo

No final do ano passado foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Ela estabeleceu uma série de generalidades para a realização de uma profunda reforma da Educação no nosso país. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 370, que o governo pretende aprovar neste ano, é a forma que assume a regulamentação da reforma do ensino superior.

Um dos principais alvos do governo na regulamentação da LDB é o ensino superior público. Por exemplo, com a regulamentação, o governo pretende criar uma nova categoria de escolas pós-secundárias, os chamados "Centros Universitários". O objetivo desses centros seria o de formar profissionais de maneira mais rápida e barata para o novo mercado da globalização da economia e da reestruturação produtiva. É para os "Centros Universitários" que deverá ser destinada a maior parte dos estudantes do 3º grau.

Dida Sampaio

Paulo Renato

Em relação às universidades propriamente ditas, o ministro da Educação, Paulo Renato propõe que *"Cada universidade defina sua vocação.(...) Ao dar ênfase à graduação, por exemplo, deve definir uma carreira docente diferente de uma universidade onde a pesquisa é importante. Uma universidade de pesquisa deve ter poucos alunos e, em geral, muita pós-graduação... A carga didática dos professores deve ser menor"* (*Jornal do MEC*, novembro/dezembro de 1996). Como podemos verificar, o acesso a estas instituições seria definido por uma rigorosa seleção e apenas uma pequena minoria, altamente capacitada, teria o privilégio de cursá-las.

Mas tem muito mais. Com a PEC 370, o governo pretende modificar vários artigos da Constituição, em especial o 207, que trata da autonomia universitária. Além disso, ela busca estabelecer o fim da estabilidade no emprego dos professores e funcionários, o repasse de verbas vinculado à obediência dos padrões de "qualidade" e "produtividade" do MEC e o descompromisso do governo com o financiamento do ensino superior público.

Em recente artigo publicado pelo jornal *Folha da S.Paulo* (26/3/97), o ministro Paulo Renato defendeu que as universidades públicas criem cotas sociais. Aparentemente, esta proposta beneficiaria os estudantes filhos de trabalhadores e facilitaria o seu acesso à universidade. Nada mais falso. O verdadeiro objetivo do governo com esta proposta demagógica é ganhar o conjunto da população para que apóie o fim da gratuidade do ensino superior.

No momento em que o ministro da Educação de FHC propõe a criação de cotas sociais, tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda à PEC 370, de autoria do deputado Júlio Redecker (PPB-SC), modificando o Art. 206 da Constituição, que garante a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais. Pela emenda, ficaria instituído o fim do ensino gratuito nas universidades federais, através da obrigatoriedade da prestação de serviços ou pagamento de mensalidades.

UNE tem que mudar a postura

Para combater este conjunto de medidas que visam liquidar o ensino superior público e gratuito, a maioria da direção da UNE não pode incorrer no mesmo erro de limitar a luta contra a reforma na Educação à pressão parlamentar e à negociação de migalhas nos limites dos projetos do governo. Foi isso que, basicamente, foi feito durante os dois anos de discussão da LDB.

A UNE deve procurar a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e a Federação Nacional dos Servidores das Universidades (Fasubra) para viabilizar um projeto alternativo, que defenda o financiamento integral do ensino superior, como um dever do Estado; que proponha o aumento de verbas orçamentárias para o ensino superior; que garanta a estabilidade no emprego dos funcionários e professores das universidades federais e estaduais; que estabeleça uma verdadeira autonomia universitária, didático-pedagógica, administrativa e da gestão financeira; que universalize a gratuidade e o acesso de todos que terminarem o 2º grau às universidades.

Mas tal movimento de discussão e de elaboração deve ser acompanhado de um amplo processo de lutas. Devemos, junto com os professores e servidores, levantar as universidades e ir às ruas em defesa do ensino público e gratuito, pois esta é a única maneira de barrar os planos neoliberais para a educação. (E.A.)

21 de maio é dia de luta

A última reunião da Executiva da UNE discutiu a necessidade de um Dia Nacional de Luta em defesa da Educação, para 21 de maio, em conjunto com os secundaristas, que aprovaram esta data indicativa no seu Conselho de Entidades Gerais, realizado no último final de semana em Brasília.

Acreditamos que esta data deve ser construída unificadamente com os professores e funcionários das escolas e universidades, para que consigamos realizar uma grande atividade de toda a comunidade escolar e universitária em defesa do ensino público e gratuito.

Reviravolta na UEE/SP

Entre os dias 1 e 4 de maio, ocorrerá o Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP). Este congresso terá grandes responsabilidades no sentido de armar os estudantes universitários do estado de São Paulo para combater a reforma educacional de FHC e Mário Covas. Este evento deverá, também, aprovar medidas que dêem continuidade ao dia 17 de abril. Ou seja, prosseguir na construção da unidade dos estudantes com os sem-terra e com os trabalhadores das cidades, para derrotar os planos neoliberais de FHC e Covas.

Para isso, será necessária a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, que esteja disposta a levantar um programa anti-capitalista e um plano de lutas que privilegie a unificação das ações diretas dos trabalhadores, dos sem-terra e da juventude.

A juventude do PSTU, através da Tese Reviravolta, convida todos os estudantes universitários de São Paulo e, em particular, os estudantes e militantes da esquerda petista, a construirmos um bloco de oposição à direção majoritária da UEE — a União da Juventude Socialista — para que juntos construamos uma alternativa de direção para os estudantes universitários de São Paulo.

Salgado, Saramago e Chico Buarque aderem de corpo e alma aos sem-terra

Artistas unem-se à luta pela reforma agrária

Alvaro Bianchi,
de São Paulo

Enquanto os sem-terra superavam os quilômetros que os separavam de Brasília, em uma caravana que comoveu o país, mais de 200 cidades brasileiras e outras 100 espalhadas pelo mundo podiam assistir à Exposição Internacional Terra, realizada pelo renomado fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado.

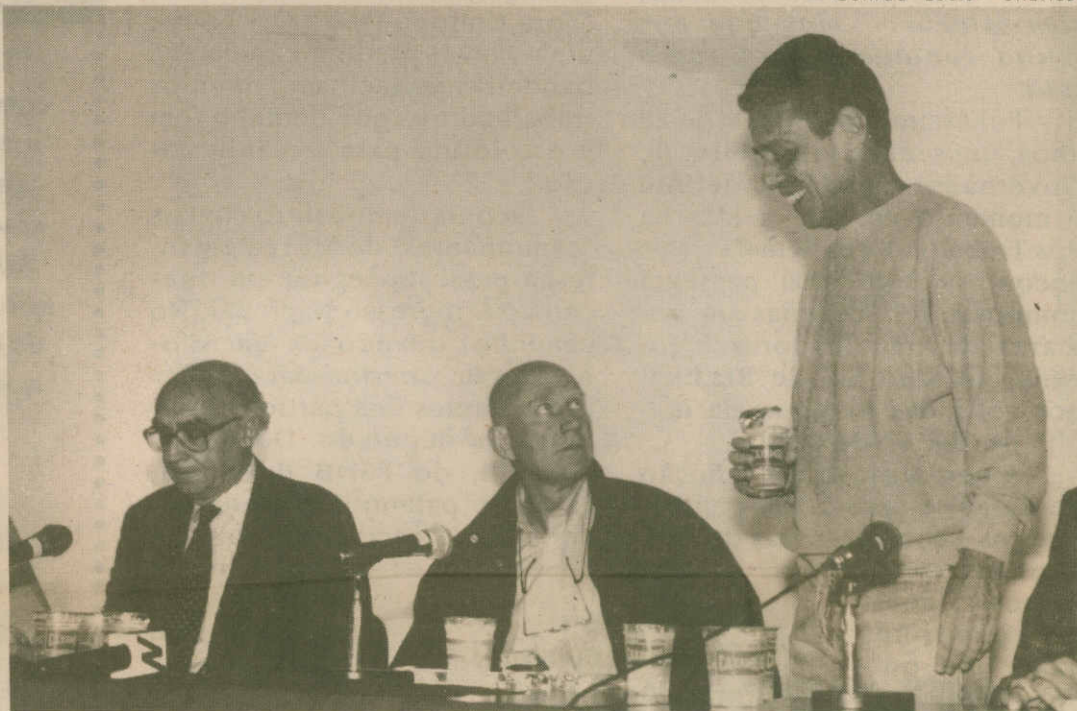
A exposição marcou o lançamento do livro *Terra*. São 45 fotos retratando a luta pela terra em nosso país, apresentadas de forma magistral pelo escritor português José Saramago. O livro é acompanhado por um CD de Chico Buarque, com duas músicas inéditas e a regravação de outras duas.

Salgado, que define seu trabalho como uma *"fotografia militante"*, feita para *"compreender melhor os homens"*, cedeu os direitos autorais desse evento para o Movimento dos Sem Terra. Na coletiva de imprensa realizada em São Paulo, dia 12 de abril, ao lado do líder do MST, João Pedro Stédile, Salgado não deixou por menos e reafirmou que seu trabalho era uma contribuição para *"a difusão do exemplo do MST pelo mundo"*.

Salgado, Saramago e Chico rompem com a burra unanimidade governista. Já dizia Nelson Rodrigues que toda unanimidade é burra. Mais burra que a unanimidade, só o adesismo chão, que predominou entre artistas e intelectuais nos últimos dois anos. Desde a posse de FHC, caravanas de artistas e intelectuais foram a Brasília, mas não para protestar e sim para manifestar apoio e pedir dinheiro.

Nunca um presidente deste país foi abraçado e beijado por tantos atores, músicos, cineastas e acadêmicos. Quem ligar a TV poderá ver o ator global Raul Cortez fazendo comerciais defendendo a privatização da Vale do Rio Doce. Quem abrir os jornais ou assistir o *Jornal Nacional* lerá e verá Arnaldo Jabor, que achou mais rentável trocar o cinema pelo apoio a FHC nos jornais e na Rede Globo.

Entre a ação daqueles que apóiam os sem-terra e o ato dos que se ajoelham diante do poder há grandes diferenças. Enquanto o primeiro é um ato de engajamento, o segundo é uma transação de compra e venda. Salgado, Saramago e Chico doaram os direitos do livro e do CD para os sem-terra. Cortez e Jabor, para citar apenas os exemplos já mencionados, não dão nada, só recebem. Uns movem-se por idéias, outros por recompensas materiais ou, simplesmente, porque gostam de ser bajulados.

Conrad Louis- Charles

Saramago, Salgado e Chico durante entrevista coletiva em São Paulo

Vale a pena ver

A exposição *Terra* já terminou, mas o livro e o CD estão aí para quem tiver R$ 55 para comprar. Mais acessíveis estão os pôsters (R$ 10). Fotografando unicamente em preto-e-branco, Salgado enfatiza a dramaticidade do mundo sobre o qual dirige seu olhar. É um mundo feito de fome e miséria, mas é um mundo no qual a utopia ainda tem seu lugar reservado.

Com muita frequência, as fotos despertam o horror frente a essa fome e a essa miséria. Saramago alerta que ao invés de ficarmos horrorizados, nossa primeira reação deveria ser perguntar *"por que?"*. As fotos de Salgado nos levam, portanto, daquilo que é aparente para a essência mesma. Através das fotos de trabalhadores rurais, somos levados a nos interrogar: *"por que não fazer a reforma agrária?"* (A.B.)

Uma das fotos do livro Terra, de Sebastião Salgado

"Não podemos viver sem idéias"

Durante o lançamento do livro *Terra*, Salgado, Saramago e Chico Buarque aproveitaram para divulgar as razões de seu apoio aos sem-terra. Saramago resumiu essas razões afirmando que querem ajudar as pessoas a se decidirem a atuar. *"Se as fotos de Sebastião Salgado pudessem ser vistas por todos, nos colocaríamos em movimento"*, disse o escritor português.

Contrariando as afirmações correntes sobre o fim das utopias, tão propagadas na intelectualidade e em setores da esquerda, Saramago protesta: *"não concordo com o fim das utopias, uma espécie de cataclisma. Não podemos viver sem idéias. Se acreditarmos que não há motivos para mover-nos, estaremos nos submetendo à vontade dos que não querem que nos movamos"*, afirmou.

Para o escritor, o poder dos bancos, o poder financeiro resiste a esse movimento. *"Não vale a pena continuar falando em democracia quando o poder está do outro lado, no poder financeiro. Não se trata sequer do poder econômico, mas do poder financeiro, o poder dos bancos. O discurso político é falacioso e enganados votamos nos políticos para que eles governem, quando eles são, de fato, governados pelo poder financeiro"*.

A ação capaz de transformar o mundo não cabe, entretanto, aos artistas e sim aos movimentos sociais. *"Minhas fotos não mudam as coisas. Elas mostram"*, fala Salgado. *"O Sebastião mostra, eu digo, Chico canta, mas cabe a vocês mudarem as coisas"*, diz Saramago. **(A.B.)**

17 de abril reuniu 60 mil em Brasília contra FHC

Wilson H. da Silva, de Brasília

Esse é um momento importantíssimo para todos aqueles que vivem neste país de gente sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-justiça, sem-comida, sem-salário..., mas que tem muita vontade e garra para luta.

Foi assim que Rafael, de 28 anos, um sem-terra mineiro, de Governador Valadares, definiu o momento em que a Marcha dos Trabalhadores Sem-Terra se encontrou com uma passeata composta por dezenas de milhares de trabalhadores e jovens, no Eixo Sul de Brasília, por volta das 11 horas da manhã do dia 17 de abril.

A empolgação e a emoção de Rafael e seus 1.500 companheiros e companheiras do MST não eram pra menos. Depois de caminhar quase mil quilômetros, durante dois meses, eles estavam se unindo a sindicalistas, servidores públicos, metalúrgicos, estudantes, sem-tetos, professores, bancários, índios, desempregados e representantes de várias outras categorias que vieram de todos os cantos do país para realizar a maior manifestação contra o governo de FHC até o momento.

> **"Não tem trégua não! Reforma Agrária só sai com ocupação!"**

Foram mais de 60 mil pessoas que, como lembrou Valério Arcary, do **PSTU**, fizeram com que naquele dia *"Brasília tremesse"*. Tremesse ao som das palavras de ordem que saudavam a "aliança operária e camponesa" na luta pela reforma agrária e contra as reformas Administrativa e da Previdência.

Mais de 20 mil trabalhadores e estudantes, vindos de todos os estados, lotaram centenas de ônibus e tomaram a cidade. Eram metalúrgicos e aposentados que estavam acampados em frente ao Congresso Nacional; estudantes e professores que se manifestaram diante do Ministério da Educação; membros da Ordem dos Advogados do Brasil que tomaram o Ministério da Justiça em protesto contra a privatização da Vale do Rio Doce; funcionários públicos que, paralisando suas atividades, aderiram ao movimento e habitantes de Brasília que surgiam de todos os cantos lembrando que não se via nada igual na cidade desde o movimento pelo *impeachment* do "outro" Fernando, o Collor de Mello.

Contudo, também era possível notar uma importante diferença com o movimento do "Fora Collor". Desta vez houve uma visível predominância das bandeiras vermelhas. Foram os trabalhadores que deram o tom e o colorido para a manifestação.

Depois do encontro com os "caminhantes" do MST, a gigantesca passeata seguiu em direção ao Congresso Nacional. No caminho, quando os microfones foram abertos para os representantes dos partidos políticos, o deputado Domingos Leonelli, do PSDB da Bahia, subiu ao palanque para defender a "reforma agrária proposta pelo governo" a resposta foi imediata: latas e lixo voaram sobre o carro de som, enquanto as vaias eram intercaladas por uma das palavras de ordem mais repetidas durante aquele dia: *"Eu vim aqui, fazer o que? Vim derrotar FHC!!!"*.

No final da tarde, debaixo de um verdadeiro temporal, milhares de pessoas ainda se mantiveram em frente ao Congresso Nacional para o ato de encerramento e, mesmo encharcados, os participantes da manifestação ainda vibravam certos de que 17 de abril significou um importante passo na luta contra os planos de fome de FHC e seus aliados. Uma importância que estava evidente na "mudança de tom" dos representantes do governo. A chegada da Marcha em Brasília deixou evidente que se abriu uma nova conjuntura no país.

Como afirmou Edmilson Lima, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Brasília, *"esse ato é uma poderosa demonstração da força da classe trabalhadora; hoje unimos o campo e a cidade na luta pela Reforma Agrária mas não podemos parar aí. Temos que repetir a dose para barrar a Reforma Administrativa e a privatização da Vale do Rio Doce e juntos construirmos uma Greve Geral que derrote as Reformas e arranque as reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade"*.

A palavra de quem esteve lá

"Decidimos botar o pé na estrada carregando o menino porque queremos um futuro para nós e para ele. Temos certeza que sem lutar essa situação não vai mudar. O governo fala em reforma agrária, mas ela não sai do papel; agora anda falando em 'trégua', mas temos certeza que isso é somente outra promessa. O caminho é a luta."

Joseleni, sem-terra paulista que participou da Marcha ao lado de seu marido, Paulo César, e do filho Rodrigo, de apenas 10 meses.

◆

"Esta é a maior manifestação que eu já vi em Brasília. Acho que é maior do que o ato do impeachment de Collor. É um passo fundamental para barrar as reformas de FHC. E tudo indica que isso é só o começo. É uma demonstração de que o povo não está satisfeito com a situação e que, juntamente com os sem-terras, é possível virar o jogo."

Jacó, do Sindsprev do Distrito Federal, que estava no ato juntamente com vários trabalhadores da Saúde, da Previdência e do INSS.

◆

"Não viemos aqui para falar com o FHC. Viemos aqui para falar com vocês, com o povo. Foi por isso que andamos 1.000 km. (...) FHC representa o consenso da elites que estão no poder, ele só pensa em beneficiar as multinacionais e essas elites. A nossa obrigação é continuar ocupando (...) Há um compromisso maior. É preciso construir um movimento ainda mais poderoso (...) A melhor solução é ocupar os terrenos da cidade, fazer greves. A melhor solução é aquela apresentada pelos estivadores de Santos."

João Pedro Stédile, coordenador do MST, no discurso de encerramento do ato.

A Marcha passo a passo

Fotos Wladimir Souza

Sem-terra entram em Brasília pelo Eixo Sul, às 8 horas da manhã, e marcham para a Esplanada dos Ministérios.

Mais de 30 mil trabalhadores e estudantes vindos do Brasil inteiro chegam em caravana ao centro de Brasília e vão em passeata encontrar os sem-terra no meio do Eixo Sul.

Sem terra e trabalhadores da cidade se encontram e seguem juntos em passeata. A população de Brasília vai se incorporando aos milhares que já se encontram na manifestação.

A juventude e os servidores das universidades aproveitam o horário de almoço e fazem ato no Ministério da Educação.

Depois que a passeata conjunta, formando um mar de bandeiras vermelhas, chega ao centro (no Grande Circular), os manifestantes param para almoçar.

Às 14 horas é retomada a passeata. Mais de 60 mil trabalhadores seguem em direção ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto.

METALÚRGICOS *Chapa 2 resgata sindicalismo combativo e democrático*

Sindicato de São José terá eleição em maio

Luiza Casteli,
da redação

Está marcada para os dias 20, 21 e 22 de maio, a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Mais do que simplesmente decidir quem vai compor a direção desta entidade, o que estará sendo discutido nesta eleição é qual o tipo de sindicalismo que a CUT deve defender.

A antecipação da eleição, votada por unanimidade em assembléia que reuniu 451 metalúrgicos no dia 10 de abril, foi a solução encontrada pelos trabalhadores para resolver a crise criada pela *Articulação Sindical*. Após perder a maioria na diretoria, essa corrente tomou o sindicato de assalto: colocou, durante um mês, "seguranças" armados na sede da entidade.

A própria assembléia do dia 10 foi marcada por mais uma manobra da *Articulação Sindical*, que se uniu com os patrões da empresa Keiper Recaro. A fábrica liberou os funcionários para participarem da assembléia, o que garantiu a aprovação da proposta de diminuição do número de diretores do sindicato de 41 para 33.

Na eleição do sindicato de São José, estarão concorrendo a Chapa 1, da *Articulação Sindical*, e a **Chapa 2**, composta pelos metalúrgicos do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** e da *Corrente Sindical Classista (CSC)*. Esta chapa conta também com o apoio da *Alternativa Sindical Socialista (ASS)*.

Paulinho Almeida

Ato em Campinas contra jagunços no sindicato de São José

A formação da **Chapa 2** foi feita de forma amplamente democrática. Por exemplo, para definir os representantes da GM e da Philips, os dois maiores colégios eleitorais da categoria, foram realizadas prévias. Na GM, 3.689 pessoas participaram da consulta para decidir o candidato à vice-presidência, e escolheram Renato Bento Luiz (Renatão). Luis Prates (Mancha) e João Gustavo Bernardes (Jacaré), segundo e terceiro mais votados, também compõem a Executiva da chapa, que é composta por metalúrgicos da Philips, Ericsson e Embraer.

Segundo Antonio Ferreira (Toninho), membro do **MTS** e candidato a presidente pela **Chapa 2**, "*o que está em jogo aqui não é só o Sindicato dos Metalúrgicos de São José, é um projeto de movimento sindical. Se vence a* Articulação, *vence o projeto dos acordos com a patronal, das câmaras setoriais, dos gangsters no sindicato. Se nós vencermos, é a vitória do projeto do sindicalismo combativo, de luta. Por isso, é muito importante o apoio de todos os sindicatos combativos nesta eleição em São José*".

Ato em Campinas repudiou gangsterismo

Alexandre Fusco,
de São Paulo

No dia 11 de abril, no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, aconteceu o ato SOS São José dos Campos, contra o gangsterismo no movimento sindical. Estiveram presentes 100 trabalhadores e trabalhadoras e representantes de várias entidades. Foi um marco na unidade da esquerda da CUT para lutar contra os métodos para-militares (de fazer inveja à Força Sindical), aplicados pelo grupo liderado por sindicalistas da Articulação Sindical em São José.

A mesa do ato foi composta por dirigentes de sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo (Campinas, Limeira e São José), representantes do PT, PCdoB e PSTU e por um membro da Executiva Nacional da CUT.

Este ato foi um chamado à mobilização da esquerda cutista para limparmos o Sindicato dos Metalúrgicos de São José destes mafiosos. Mas esta luta não pára por aí. Só acabaremos com as gangs no nosso movimento se combatermos, sem trégua, a conciliação com a burguesia que vem sendo desenvolvida pela Articulação Sindical. A aliança da esquerda da CUT tem que continuar para que, no Congresso da Central, se apresente uma alternativa de direção para a classe trabalhadora.

FORTALEZA

Governo Juraci ataca trabalhadores

Raimundão,
de Fortaleza (CE)

Uma administração voltada para os ajustes neoliberais é a característica do governo municipal de Fortaleza, de Juraci Magalhães (PMDB).

Em seus ataques aos movimentos sociais nos três primeiros meses de administração, Juraci Magalhães implementa uma reforma administrativa que diminui os serviços à população, transformando as secretarias de educação e saúde em núcleos sob responsabilidade das sub-prefeituras regionais. Retira das salas de aula 800 professores e ataca o conjunto do funcionalismo através da retirada de várias conquistas.

Magalhães vetou projeto de regulamentação do moto-taxi, setor que emprega cerca de 5 mil pessoas. Forçada pelas mobilizações dos moto-taxistas e pelo apoio da população aos transportes alternativos, a Câmara Municipal de Fortaleza derrubou o veto, mas manteve outro, contra a regulamentação do chamado transporte de lotação. O único objetivo de Magalhães é manter os lucros dos empresários de ônibus.

A prefeitura de Fortaleza tem ainda no seu plano de governo a privatização dos mercados públicos. Magalhães e o ex-prefeito, Antonio Cambraia, construíram modernos e faraônicos mercados no Centro da cidade. A justificativa era abrigar os pequenos comerciantes voltados para o artesanato. Mas ao invés de transferir os atuais permissionários, Magalhães quer transformar os mercados públicos em *shopping*.

Para completar, os estudantes estão ameaçados. A prefeitura quer, a partir do final de maio, controlar o uso da meia-passagem, limitando o número de viagens. Hoje o estudante não tem limite de uso da meia-passagem, de domingo a domingo.

Arquivo

Juracy Magalhães

A postura dos parlamentares do PT e do PCdoB na Câmara Municipal de Fortaleza, é lastimável. Os vereadores destes partidos buscam solucionar os problemas no âmbito do parlamento, quando é necessário fortalecer a mobilização direta.

O **PSTU** em Fortaleza está na luta pela defesa das carteiras estudantis, sem controle do número de utilização; na defesa da regulamentação dos transportes coletivos alternativos e na luta para derrotar as administrações neoliberais de Juraci Magalhães, Tasso Jereissatti e FHC.

Sem-terra e sem capital

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

O que querem os sem-terra? A propriedade ou a produção? Os economistas burgueses não têm uma resposta para esta questão. Repetem apenas velhas fórmulas demagógicas que estão presentes também nos discursos de FHC, Jungmann e de todos os fazendeiros e latifundiários do país. Para o professor Ricardo Abramovay, da Universidade de São Paulo, por exemplo, *"ninguém quer interferir na produção das grandes empresas agropecuárias, mas, com pouco investimento, pode-se fixar a família no campo com sucesso. O núcleo de produção familiar é mais competente e produtivo do que a empresa agrícola baseada no trabalho assalariado"* (*Folha de S. Paulo*, 21/4/97).

Núcleos familiares foram expropriados e expulsos da terra

A opinião do professor José Graziano da Silva, da Universidade Estadual de Campinas, tem como base a idéia do *welfare state* — estado do bem estar — do início do século na Inglaterra: *"O welfare state teve origem no Reino Unido, no final do século passado, quando os proprietários de indústrias rurais perceberam que os trabalhadores precisavam ter moradias dignas"*. Conclusão: *"A saída é reestruturar o núcleo familiar como unidade de produção e consumo"* (*Folha de S.Paulo*, 21/4/97).

Querem uma prova do sucesso da "agricultura familiar" no Brasil? O professor Abramovay tem uma (apenas uma, infelizmente) na ponta da língua: a plantação de fumo no Sul do Brasil! Com certeza a estrutura agrária da produção de fumo no Rio Grande do Sul não ameaça nem um pouco os lucros da Souza Cruz e dos grandes exportadores de fumo. Mas também não quer dizer que aqueles infelizes pequenos proprietários — mais pequenos assalariados com um pequeno lote de terra do que qualquer outra coisa — sirvam como exemplo de uma verdadeira reforma agrária.

E o que dizer da maioria dos atuais trabalhadores sem-terra que eram organizados até pouco tempo em "núcleos familiares de produção e consumo"? Eles viviam nessa forma até serem expropriados e expulsos da terra, até serem amontoados nas periferias das grandes cidades, próximos das indústrias e, finalmente, concentrados nas barracas de lona preta dos acampamentos.

O professor Fernando de Mello, também da USP, joga água fria na fervura demagógica dos seus dois colegas. *"No mundo inteiro, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas está caindo. Para que os empregos surjam, o governo tem de desatar o nó que emperra o crescimento da economia desde o início do Plano Real. A agricultura sofreu com a importação de alimentos, como estratégia para comprimir os índices de inflação, as taxas elevadas de juros internos e valorização da taxa de câmbio"*. Mas o professor Mello não quer parecer com um latifundiário qualquer, contrário à reforma agrária. E conclui realisticamente: *"É melhor assentar de maneira planejada do que deixar que as invasões ameacem ainda mais a agricultura"* (*Folha de S.Paulo*, 21/4/97).

Antonio Palhano

O professor Mello, do mesmo modo que seus colegas, até concorda com uma "planejada distribuição de propriedades" para os sem-terra, desde que ela não altere em nada a atual estrutura produtiva da agro-indústria brasileira.

Mas por que eles não podem garantir nem essa simulação de reforma agrária, como fizeram no Japão ou na Coréia do Su? Exatamente porque a potencialidade produtiva da agro-indústria brasileira é muito grande para caber na atual ordem mundial globalizada. Para que esta última se desenvolva, a agro-indústria brasileira tem que ficar estacionada, não reformada.

A produtividade da agro-indústria desabou nos últimos dez anos

A partir da segunda metade dos anos 70, a agricultura brasileira parou de crescer. Isso pode ser verificado pela estagnação da área cultivada, acompanhada pela estagnação da mecanização agrícola. Essa realidade se agravou nos últimos dez anos. Desde 1985, a área cultivada permanece a mesma, em torno de 50 milhões de hectares. No mesmo período, a frota de tratores diminuiu em termos absolutos!

O estudo do IEA destaca que o índice de mecanização em 1993 no mundo foi de 52,2 hectares (ha) por trator. No Brasil, o índice em 1995 era de 104 ha para cada trator. Também em 1993, a média mundial de colheitadeiras foi de 349 ha por máquina. No Brasil, esse índice foi de 834 ha por uma colheitadeira. O desabamento do índice de mecanização significa que a produtividade da agro-indústria brasileira entrou em queda livre nos últimos dez anos.

Essa é a base real da perda de competição com os produtos agrícolas externos. Por isso é pura demagogia dos economistas o argumento de que a perda de competitividade da agro-indústria nacional se deve apenas à abertura do mercado interno, aos impostos, às elevadas taxas de juros e ao protecionismo externo. Tudo isso sempre existiu. Atualmente, apenas concretizam aquela sua causa básica: a incapacidade dos grandes proprietários agrícolas de elevar, no atual estágio da globalização, a taxa de acumulação do capital agrário nacional e, consequentemente, a interrupção da crise agrária.

A força que impulsiona os movimentos dos sem-terra nasce dessa impotência do moderno sistema capitalista de restaurar um rápido crescimento da agricultura brasileira. Por isso, sua luta não pode ser interrompida em ilusórias políticas de distribuição de pequenas propriedades pela burguesia. A luta dos sem-terra tem que ir, necessariamente, até a raiz dessa miserável realidade, arrancando o controle da produção agro-industrial das mãos improdutivas da burguesia e transferindo-o para a fértil coletividade dos trabalhadores livremente associados.

◆ Brasil: Índice de Mecanização da Agricultura

Ano	Área Cultivada (mil ha)	Frota de Tratores (unidades)	Índice de Tratorização (ha/trator)
1960	25.673	62.684	410
1965	31.637	76.691	413
1970	34.912	97.160	359
1975	41.811	273.852	153
1980	47.641	480.340	99
1985	49.529	551.036	90
1990	47.666	515.815	92
1995	50.038	481.316	104

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1997.

Ações do dia 27 de março mudaram situação política no país

Milhões de operários protestam contra Ieltsin

Pavel Slutzky,
de Moscou

Os protestos realizados no dia 27 de março, que segundo a própria imprensa oficial, mobilizaram nas ruas de todas as cidades da Rússia, mais de dois milhões de trabalhadores, foi sem dúvida a maior manifestação de repúdio a Yeltsin e suas reformas, desde que este assumiu o poder. Esta massiva expressão de insatisfação, na verdade, incorporou de seis a oito milhões de operários, trabalhadores e desempregados em diferentes ações, como greves regionais de um dia, algumas das quais, continuaram por tempo indefinido.

A convocação do dia 27, feita pelos dirigentes da Federação de Sindicatos da Rússia (FNPR) se iniciou quando, à margem dela e há muitos meses, já realizavam greves e manifestações outros tantos milhões de operários, professores, médicos, cientistas etc. O atraso nos pagamentos salariais é o principal motivo das lutas operárias estarem crescendo desde outubro do ano passado, com magnitude e contundência.

Em algumas regiões, como na Sibéria e no distante Oriente, a resistência operária se transformou em ascenso. São comuns os bloqueios de estradas, pontes e vias férreas e as ocupações de edifícios governamentais. Em várias cidades operárias, em especial mineiras, foram fundados Comitês de Salvação, onde os operários e setores sociais explorados tomam em suas mãos as decisões do governo local, retomando em parte a tradição dos primeiros soviets.

O dia 27 de março pode ser tomado como referência para assinalar uma mudança na situação política da Rússia: a agudização da crise, a polarização social e a tendência a duros enfrentamentos contra o regime. Ieltsin e o governo, apoiados no colaboracionismo da burocracia da FNPR e do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), dizem *"é justo o que pedem as pessoas"*, *"antes do fim do ano deve ser paga toda a dívida salarial"*, mas... *"é preciso intensificar as reformas"*.

Sergei Karpukmin

Ieltsin

O governo foi "renovado" para que tudo continue igual ou pior para a população trabalhadora. Enquanto as massas gritavam nas ruas: *Que renuncie Chernomirdyn, que caia o governo!*, este continua à frente do "novo gabinete", onde se reincorporou, como vice-primeiro-ministro, o odiado Anatoly Chubais, autor e responsável pelo plano de privatizações. Junto com ele, como terceira pessoa na hierarquia do governo, Ieltsin designou também como vice-primeiro ministro, Boris Nemtsov, outro jovem liberal que goza de alguma popularidade. Esta trinca se comprometeu com o FMI a cumprir com seus ditados e a atacar uma das conquistas que ainda foram conservadas: os serviços sociais subsidiados pelo Estado.

Partido Comunista defende governo de coalizão

A convocação da manifestação do dia 27 pela burocracia da FNPR deve-se ao fato de que ela estava obrigada a abrir a válvula de escape para a pressão acumulada no caldeirão social da nova Rússia capitalista. De outro lado, o PCFR se pinta um pouco mais de vermelho para poder mostrar-se nos protestos e, com todo o peso de seu aparato, desviá-lo para dentro dos marcos do atual regime e estado burguês-burocrático.

A palavra-de-ordem da cúpula sindical *"Por salário, trabalho e garantias sociais"*, esteve muito atrás da exigência *"Fora o governo! Que Ieltsin renuncie!"*, gritada e escrita nos panfletos de milhões de manifestantes. A palavra-de-ordem do PCFR, *"Governo de coalizão de confiança popular"*, desnuda sua verdadeira política camuflada atrás de frases demagógicas.

Isto tudo dá pouca margem para os burocratas sindicais e o PCFR seguirem festejando o "êxito" da gigantesca mobilização de 27 de março. Novamente se vêem obrigados a endurecer seus discursos e ameaçar que, se até 1º de maio o governo não atender as reivindicações, convocarão outra greve geral. Ainda que não façam outra coisa a não ser continuar limitando a mobilização, pois tanto sindicatos como o PCFR convocam o novo protesto *"como outra etapa da luta pelo pagamento dos salários"*.

Mas a pressão das bases, que lutam cada vez com maior radicalização em todos os cantos da Rússia, os obriga a mudar, ainda que seja na forma, o caráter de "Festa do Trabalho" estatal que, durante longas décadas, o 1º de maio teve na ex-União Soviética. (P.S.)

Vanguarda operária luta contra o regime

A infinidade de lutas está gerando uma nova camada de dirigentes. Muitos deles se forjaram nas longas greves por fábrica, mina ou região. Sua experiência cresce quando os dirigentes parlamentares ou regionais do PCFR em nada se diferenciam do partido do poder. E mais ainda quando algumas das figuras mais importantes do PCFR entram no governo. Muitos desses lutadores que, junto com suas famílias, passam grandes privações, lançam indignados manifestos como este:

"Aos operários e trabalhadores da Rússia

Passaram-se mais de duas semanas desde o dia da ação de protesto sindical de março. Entretanto, e como se esperava, o resultado desta ação é nulo. O burocrata Shmakov (secretário geral da FNPR) e outros como ele, simplesmente uma vez mais jogaram com os nervos crispados do povo (...)

(...) No próximo 1º de maio, novamente, querem nos arrastar a um beco sem saída chamando a essa caricatura de 'greve indefinida' Os operários da região de Yaroslav, entendem que esse tipo de medida não tem sentido, em nosso território levaremos adiante, de forma independente, ações de desobediência civil com o bloqueio de edifícios administrativos locais, estradas, vias férreas, cada dia com mais força.

Arquivo

Greves operárias questionam o governo russo

Nossa exigência é: Governantes incapazes, desde o nível local até de toda a Rússia, renunciem voluntariamente, antes que o povo os derrube pela força!

Chamamos os trabalhadores de todas as regiões e ramos, não só a apoiar esta demanda, mas a coordenar uma ação comum com solidariedade ativa por nossos interesses comuns."

Valery Popov,
presidente do Comitê de Greve da fábrica TMZ,
15 de abril de 1997

Novos enfrentamentos colocam acordos de "paz" em crise

Palestinos retomam rebelião contra Israel

Clara Paulino,
da redação

Em março, o primeiro-ministro israelense, Binyamin (Bibi) Netanyahu decidiu cumprir uma de suas promessas de campanha, iniciando a construção de um bairro judaico, no setor oriental de Jerusalém, na Cisjordânia. Em Hebron e outras regiões, a decisão de Israel caiu como uma centelha de fogo sobre os palestinos, despertando a cólera do povo dos territórios autônomos. O local onde Israel pretende construir 6,5 mil moradias para colonos israelenses é conhecido por estes como Har Homá e Jabal Abu Ghenim, pelos palestinos. É naquela região que os palestinos desejam estabelecer a capital do seu futuro Estado.

A revolta dos palestinos se transformou em manifestações de rua. O governo de Israel colocou a polícia para reprimí-las e o que conseguiu foi provocar uma rebelião que lembra a Intifada.

Na região do conflito, onde vivem cerca de 100 mil árabes e 450 colonos israelenses, os palestinos enfrentaram a polícia israelense com pedras e paus, enquanto esta disparava balas de metal revestidas de borracha. Pelo menos três palestinos foram assassinados e mais de 100 ficaram feridos.

Falando à imprensa sobre a revolta dos palestinos, o primeiro-ministro Netanyahu afirmou: "*Meu governo tem o direito de construir casas em qualquer lugar de Jerusalém e desafio qualquer poder que tente interromper a construção do bairro judeu*". A violenta reação dos palestinos também obrigou os governos árabes a ameaçarem Israel de boicote econômico. O governo de Israel, por sua vez, viu seu isolamento aumentar, com a sugestão do governo dos Estados Unidos para que se congele por seis meses a construção do bairro judeu.

Claro que essa postura do governo norte-americano não significa um posicionamento ao lado das reivindicações dos palestinos. Ocorre que a reação dos palestinos ameaça os acordos estabelecidos entre Israel/OLP e pode fugir do controle de Arafat.

Para os Estados Unidos continuarem a bancar os acordos de "paz", (que garantem ao Estado de Israel o controle sobre a região), eles precisam que Arafat possa manter algum tipo de autoridade sobre os palestinos, o que está ficando impossível com as provocações de Netanyahu. Na verdade, os últimos enfrentamentos colocaram os acordos de "paz" numa grave crise.

Reuter

Palestino atira pedra em soldado israelense

Escândalo ameaça Netanyahu

Depois de ter bancado mais uma medida provocativa contra os palestinos, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, está sendo acusado pela polícia de crime de fraude e abuso de confiança, envolvendo barganhas políticas e tráfico de influência.

Netanyahu teria cedido à pressão do partido ultra-religioso, Shas, para nomear Roni Bar-On para o cargo de procurador-geral, em troca do apoio do partido ao acordo com a OLP.

A acusação de fraude contra Netanyahu abala seu governo e pode até levá-lo à renúncia. Segundo pesquisa do Instituto Gallup, 52,6% dos israelenses querem a renúncia de Netanyahu, caso ele seja acusado de tráfico de influência. Outros 25% querem que ele renuncie já.

A tentativa de formar um governo de coalizão entre o partido do primeiro-ministro, o Likud, e os trabalhistas para salvar o processo de paz com os palestinos também está ameaçada, com o escândalo envolvendo o governo israelense. (C.P.)

Heidi Levine

Binyamin Netanyahu

OLP avalizou acordos

As recentes manifestações dos palestinos e a implacável repressão do exército israelense demonstram que os acordos de "paz" assinados entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), em setembro de 1994, só fizeram manter a região (incluindo os tais territórios "autônomos") sob um controle ferrenho do Estado de Israel.

O acordo garante a Israel, entre outras coisas, 40% da faixa de Gaza, território reivindicado pelos palestinos. Israel continua a ter direitos legais em terras localizadas em áreas sob a jurisdição territorial do Conselho Palestino.

Desde que os acordos foram assinados, palestinos continuam sendo assassinados pelos soldados de Israel. Em 1996, Israel abriu um túnel de dois mil anos, localizado em região sagrada para os árabes, para torná-lo um ponto turístico. Os palestinos saíram às ruas para protestar e pelo menos 53 foram mortos.

A ficção dos acordos de paz entre Israel e palestinos só foi possível pela capitulação da direção da OLP. Seu líder, Yasser Arafat, cedeu aos interesses de Israel.

Segundo Edward W. Said, ex-membro da direção máxima da OLP, que renunciou após a assinatura dos acordos: "*Israel mantém o controle sobre entradas e saídas das cidades, bem como sobre todas as estradas da Cisjordânia...e Arafat concordou com isso...*" (Revista *Atenção*, novembro/1995)

A única saída para se chegar à paz naquela região é através da continuidade da luta para expulsar os israelenses da Cisjordânia, impedir a construção de novas colônias e exigir a libertação de todos os presos políticos palestinos (incluindo os que estão nas prisões controladas por Arafat), na perspectiva de derrotar o Estado de Israel e construir uma Palestina laica, democrática e não racista. Não há como ter paz na região, com a manutenção do Estado policial e terrorista de Israel.

PSTU marca presença em Brasília

Wlodimir Souza

"Nós viemos de todos os cantos. Do leste, do norte, do sul e do oeste para dizer em alto e bom som para Fernando Henrique que nós não iremos nos calar e nem iremos esquecer. Não iremos esquecer o sangue derramado por nossos companheiros no campo enquanto o Bamerindus e os banqueiros são salvos pelo dinheiro do Proer. Nós não iremos nos esquecer do sangue dos sem-terra de Eldorado dos Carajás e Corumbiara, enquanto o governo compra votos para a reeleição e para a Reforma Administrativa.

E mais. Se FHC pensa que a luta pelo emprego, pela educação, pela saúde e pelos salários se encerra hoje, ele se engana. Hoje somos muitos aqui, construindo esse movimento. Amanhã seremos muitos mais, construindo uma Greve Geral para derrotar esse governo e seus planos.

Nós do PSTU viemos aqui para reafirmar a luta pela reforma agrária e a luta pelo socialismo."

Este trecho do discurso de Valério Arcary, que falou na manifestação em Brasília em nome do PSTU, ilustra bem o que significou para nós o dia 17. Nós não medimos esforços para apoiar a Marcha do Movimento dos Sem-Terra, desde o seu primeiro momento. Estivemos em diversos atos de solidariedade aos "caminhantes" nas cidades por onde eles passaram; arrecadamos alimentos, roupas e remédios nos sindicatos e escolas e abrimos várias vezes as páginas do Opinião Socialista para defender a luta pela terra.

No dia 17, o PSTU esteve presente também com centenas de seus militantes, com as suas bandeiras e com o seu jornal, Opinião Socialista, que vendeu mais de 200 exemplares durante a manifestação.

Com certeza, nas próximas manifestações dos trabalhadores contra FHC e as suas reformas, como no ato contra a venda da Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro e nos atos de 1º de maio estaremos novamente presentes.

No 1º de maio, assine o Opinião Socialista

Nos atos contra a privatização da Vale e nas diversas manifestações que ocorrerão pelo país no 1º de maio, você poderá encontrar o PSTU, os nossos militantes, nossas bandeiras, nosso jornal e por que não, fazer a assinatura do Opinião Socialista.

Dessa forma, você estará contribuindo para manter vivo um porta-voz, sempre presente, das lutas e reivindicações dos trabalhadores e da bandeira do socialismo. E mais, você estará ajudando o nosso jornal a voltar a ser semanal o mais rápido possível.

Aos nossos militantes fazemos um chamado: nesse 1º de maio, não deixe de oferecer a assinatura do Opinião Socialista.

Nome completo

Endereço

Cidade | Estado

CEP | Telefone

24 EXEMPLARES
- ☐ 1 parcela de R$ 25,00
- ☐ 2 parcelas de R$ 12,50
- ☐ 3 parcelas de R$ 8,40
- ☐ Solidária R$ ______

48 EXEMPLARES
- ☐ 1 parcela de R$ 50,00
- ☐ 2 parcelas de R$ 25,00
- ☐ 3 parcelas de R$ 16,70
- ☐ Solidária R$ ______

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - CEP 04126-000

PSTU

jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92